



CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR I S.A.

CNPJ/MF nº 47.027.345/0001-00

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	Nota	(Não auditado)		
	31/12/2023	31/12/2022		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	7	22		
	22	-		
Total do passivo	22	-		
Patrimônio Líquido	8			
Prejuízos acumulados	(22)	-		
Total do patrimônio líquido	(22)	-		
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)				
1. CONTEXTO OPERACIONAL				
A Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde I"), Sociedade Anônima do capital fechado, constituída em julho de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Monte Verde Solar VII e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades.				
A Companhia tem sede e fórum na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 81, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. Autorização do Parque Monte Verde Solar VII: Em 20 de agosto de 2021 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 12 de dezembro de 2054. Em dezembro de 2021 a Companhia firmou contrato de venda de energia 11.13 MW médio de energia pelo período de 15 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração Monte Verde Solar VII, localizado no estado de Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 15 anos, com início previsto para primeiro de 2024.				
2. BASE DE PREPARAÇÃO				
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem às aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 04 de junho de 2024. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 10 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.				
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO				
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.				
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS				
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.				
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS				
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo				
Aos Administradores e Acionistas				
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A.				
Opinião:				
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.				
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").				
Base para opinião:				
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:				
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos				
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023				
Demonstrações de resultados em 31 de dezembro				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	Nota	(Não auditado)		
	31/12/2023	31/12/2022		
Despesas operacionais	9			
Despesas gerais e administrativas	(22)	-		
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	(22)	-		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(22)	-		
Resultado líquido do exercício	(22)	-		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	31/12/2023	(Não auditado)		
	31/12/2022			
Resultado líquido do exercício	-	(22)		
Resultado abrangente do exercício	(22)	-		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	31/12/2023	(Não auditado)		
	31/12/2022			
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Resultado do exercício	(22)	(22)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	31/12/2023	(Não auditado)		
	31/12/2022			
Fluxo da caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22)	(22)		
Variações em:				
Fornecedores	22	-		
Caixa proveniente das atividades operacionais				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
9. DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas				
Materiais e Serviços	(22)	-		
Total	(22)	-		
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.				
10.1 Compensação de instrumentos financeiros:				
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge para o derivativo como: • hedge de risco (hedge de fluxo de caixa). Os valores justos dos vários instrumentos financeiros usados para fins de hedge estão divulgados na nota explicativa nº 10. As movimentações nos valores de hedge classificadas na conta Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 8. Hedge de fluxo de caixa: A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF", que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aerogeradores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificados com hedge é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida. Ineficácia do hedge: A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que existe uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MTM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo.				
10.2 Risco de juros: O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade de capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. 10.3 Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar suas obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.				
As Companhia apresentou capital circulante negativo em 2023, e a estratégia para revertê-lo salvo este saldo está descrito na nota 1.1. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.				
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7	Custo amortizado		
Total	22	22		
10.1 Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1 - Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2 - Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado				